



AEPET NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XL nº 359 - maiol / 2009



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

A AEPET DEBATE COM A PETROBRÁS SOBRE A PREOCUPANTE DEFASAGEM SALARIAL DOS PETROLEIROS

A AEPET vem discutindo com a Petrobrás a resolução sobre as defasagens salariais dos petroleiros. A Estatal já paga menos que outras empresas públicas. Como concorrer com as multinacionais do setor petrolífero, que, com o advento do Pré-Sal, estão disputando, a "peso de ouro", os técnicos da Petrobrás? Não podemos permitir a fragilização do Sistema Petrobrás, a precarização do Plano Petros e a evasão de técnicos da Companhia. A Nação não poderá prescindir, também, de uma nova Lei do Petróleo que garanta soberania sobre o seu petróleo (óleo e gás).

Como imaginar que umas das mais estratégicas, senão a mais estratégica empresa estatal brasileira e uma das maiores petroleiras do mundo, a Petrobrás, que descobriu a riquíssima área do Pré-Sal, permita a defasagem salarial de seus técnicos – cérebros tecnológicos fundamentais na construção da Estatal, nas vitoriosas pesquisas, nas grandes descobertas e para o futuro da Empresa, bem como para que o Brasil resolva suas defasagens sociais e promova o desenvolvimento nacional, com soberania?

Têm sido crescentes as mensagens de petroleiros à AEPET, pedindo que esta interceda junto à direção da estatal no sentido de solucionar a já preocupante

defasagem salarial no Sistema Petrobrás. Só para citar um exemplo recente: no dia 29/04/09 um petroleiro, leitor do boletim eletrônico "AEPET DIRETO", enviou comentário (ou desabafo), que deve ser levado muito a sério pelos nossos administradores: "A insatisfação na Petrobrás é coletiva, porém velada. Os baixos salários trazem grandes problemas aos petroleiros e às suas famílias. Engenheiros com anos de serviço (e até com mestrado) ganhando menos que um especialista de Agência Reguladora, cujo salário inicial é de R\$ 10.000,00. O desejo da maioria dos colegas é ir para o BNDES ou para as carreiras de fiscalização. Grande ilusão a Petrobrás". Tal desabafo vem somar-se a tantos outros. É preciso que recuperemos a confiança no Sistema Petrobrás, sobretudo num momento histórico decisivo como a descoberta do Pré-Sal.

Para encontrar respostas às ponderações acima, entre outras tantas de grande importância, a AEPET vem debatendo com a Petrobrás, por meio de ofícios. Com o objetivo de compartilhar os conteúdos desses diálogos, reproduzimos a seguir as íntegras dos ofícios da AEPET e da Petrobrás. Por meio do ofício "AEPET 002/09" (03/02/2009), a AEPET faz sua contraposição à



Alé, Bandeira

"Carta-resposta RH/RB 027/08", da Petrobrás, que por sua vez respondeu aos ofícios "AEPET 021/08" (27/11/2008) e "AEPET 013/08" (01/10/2008).

"A carta em referência, de resposta às nossas preocupações com a política de Remuneração da Petrobrás, explicita uma visão otimista da política de RH da Companhia com a qual não podemos concordar", avaliou a AEPET [ofício AEPET 002/09] em relação à última Carta-resposta da Petrobrás [RH/RB 027/08].

Ainda no referido ofício, a AEPET reivindicou: "Gostaríamos de ter acesso às fontes de informações e aos critérios de pesquisa de mercado salarial citados pela gerência de RH. O que temos visto nos concursos públicos abertos são salários iniciais muito mai-

ores do que os da Petrobrás. Exemplos: IPEA R\$ 11.900,00, Bacen – 11.000,00; CVM 11.000,00; SUSEP – R\$ 12.000,00; Fazenda – R\$ 13.000,00. A Associação dos funcionários do BNDES – AF BNDES - está solicitando uma elevação do salário inicial daquele banco para não perder funcionários. O salário inicial deles é R\$ 7.000,00. Enquanto isto, o salário inicial da Petrobrás é de 4.871,00 bruto (antes do aumento). Se os órgãos públicos pagam mais do dobro do que paga a Petrobrás, como concorrer com as empresas privadas, mormente as multinacionais?"

José Carlos Moutinho
Arte: **Alessandra Bandeira**, com fotos da Agência Petrobrás de Notícias. *Confiram na pág 3 trechos das cartas*

(Pág. 2)

AGÊNCIAS REGULADORAS

De acordo com o boletim do DIAP nº 225 (abril/março de 2009), na agenda do Congresso Nacional para este ano há uma extensa lista de matérias pendentes para serem apreciadas no plenário ou nas comissões temáticas, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Entre elas, há o Projeto de Lei 3.337/04, do Governo Federal, para diminuir a autonomia das agências reguladoras, através do aumento do controle dessas pelos ministérios a que são vinculadas.

(Pág. 4)

A PETROBRÁS E AS ENERGIAS EÓLICA E SOLAR

O pesquisador do Cenes, Francisco Miller, no dia 28/04, proferiu a palestra 'Petrobrás e as energias solar e eólica', no Clube de Engenharia, Centro do Rio de Janeiro. A palestra fez parte do segundo dia do seminário 'Soluções para a implantação em escala comercial das energias solar e eólica'.

(Pág. 4)

ELEIÇÕES PETROS 2009: OS CANDIDATOS DO CDPP VENCEM POR MAIS DE 50% DOS VOTOS VÁLIDOS

Os candidatos indicados pelo CDPP (Comitê em Defesa dos Participantes da Petros), contrários aos processos de "repactuação" (I e II) e defensores do Plano Petros (Benefício Definido), comemoraram a expressiva vitória (por mais que o dobro dos votos válidos) sobre os candidatos da FUP. A apuração das eleições ocorreu entre os dias 11/05 e 13/05, no Centro de Convenções do Hotel Rio's Presidente, no Centro do Rio de Janeiro.

As eleições da Petros 2009, realizada entre os dias 07 a 29/04, foi para renovação dos cargos dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. De um universo de 126 mil participantes, houve 33.738 votos totais, sendo que 32.115 foram votos válidos foram computados para o Conselho Deliberativo e 33.034 votos válidos para o Conselho Fiscal. Nesse sentido, as lideranças ressaltaram a necessidade de incentivar a maior presença dos partici-

pantes nas próximas eleições. Para a renovação do Conselho Fiscal, a Chapa 31 [Silvio Sinedino e Oscar Scottá], obteve 17.559 votos do total de 33.034 votos válidos, ou seja, venceu as eleições por 53,15%. O principal candidato da FUP, Paulo Cesar Chamadoiro Martin (conhecido como PC), obteve 9.616 votos – 29,11% dos votos válidos. Para a renovação do Conselho Deliberativo, a Chapa 15 [Ronaldo

Tedesco e Agnelson Camilo] obteve 16.879 votos do total de 32.115 votos válidos, ou seja, venceu por 52,56%. A dupla da FUP [Claudio Alberto de Souza (titular) e Itamar José Sanches (suplente)] obteve 8.421 votos – 26,22% dos votos válidos. (JCM)

Leia a matéria na íntegra no portal da AEPET (www.aepet.org.br), na seção "Petróleo e Política" [ELEIÇÕES PETROS 2009: OS CANDIDATOS DO CDPP VENCEM POR MAIS DE 50% DOS VOTOS VÁLIDOS]



Editorial

CACOETE NEOLIBERAL

O "O Globo" está retomando o seu "cacoete neoliberal" ao reeditar campanha contra a Petrobrás, empresa que orgulha os brasileiros, responsável por bilionários investimentos no País e descobridora do Pré-Sal, que poderá ser a redenção do Brasil. O "O Globo", entre outros jornais que se impressionam muito com as teses estrangeiras, resolveu tentar, no dia 07/05, em seu editorial "Cacoete estatista", manchar a imagem daquela que hoje é considerada a quarta empresa mais respeitada do mundo, segundo a pesquisa divulgada pelo Reputation Institute (RI), empresa privada de assessoria e pesquisa, com sede em Nova Iorque. O "O Globo" demonstrou numa frase, sua contrariedade quanto à mudança da Lei 9478/97: "Se vier a seguir por esse caminho, o governo estará trocando um modelo vitorioso (que proporcionou a descoberta dos reservatórios do pré-sal) por algo duvidoso, por causa de um velho cacoete estatizante, sempre acompanhado da febre do empreguismo". Siqueira comentou: "Essa é uma falácia brutal. Primeiro, porque o novo modelo, com as empresas estrangeiras, não proporcionaram descoberta coisíssima nenhuma. A Petrobrás pesquisa o Pré-Sal há 30 anos. E o que possibilitou a efetivação da descoberta foi a tecnologia de sísmica, de três e de quatro dimensões, que permitiram o acesso mais preciso numa perfuração do primeiro poço, que custou US\$ 260 milhões. Como o risco era muito alto, era preciso ter uma precisão muito grande para ter acesso a um reservatório que o corpo técnico da estatal estudava".

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: **Fernando Siqueira**
Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**

Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**

Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**
Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**

Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**

Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**
Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilarão**

Diretor Cultural: **João Victor Campos**
Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamilcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco: Adelman José Leão Brasil / Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)
Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo
Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magaint@globo.com
Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Mestre Artes Gráficas

Tiragem: 20 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Vice-Presidente



PLANO DE SAUDE UNIAEPET: COMUNICADO AOS ASSOCIADOS DA AEPET E USUÁRIOS

A Diretoria da AEPET comunica aos associados e usuários do Plano de Saúde UNIAEPET, resultante de convênio firmado entre esta associação e a corretora VECTORIAL, que de acordo com as cláusulas contratuais e a legislação em vigor, as tabelas de contribuição foram reajustadas a partir de 01/05/2009.

O valor do reajuste é de 16,0 % calculado em função da sinistralidade do Plano UNIAEPET.

Sinistralidade é a relação entre a média de utilização e os custos que são pagos à operadora de assistência médica, seja ela uma seguradora ou uma empresa de medicina de grupo.

Ela é regida por Cláusula Con

tratuat aplicada geralmente em contratos coletivos com mais de 30 usuários. A média tida como aceitável pela maior parte das empresas do ramo é de 70%, ou seja, de cada R\$ 100 que o cliente paga, ele (sempre em média – geralmente trimestral) pode utilizar R\$ 70. A partir daí considera-se que determinada apólice ou contrato é deficitário. O resultado disso é o aumento dos custos para o usuário.

Geralmente a sinistralidade é causada **por utilização indevida, principalmente excesso de consultas (que por sua vez geram exames).**

No caso do Plano UNIAEPET

a sinistralidade verificada no ano passado foi de 83% para cerca de 20 usuários, ou seja, 10% do total de participantes do plano. Isto quer dizer que cerca de vinte usuários gastaram 83% do valor total do plano.

Isto resultou na necessidade da correção do valor das tabelas de modo a reequilibrar o plano. Lembramos que o plano tem abrangência nacional.

Ainda assim o Plano UNIAEPET apresenta, já com a correção, tabelas com valores mais em conta do que diversos outros planos.

Veja a comparação abaixo:

Plano Básico				Plano Especial			
FAIXA ETARIA	SulAmerica BASICO (R\$)	UNIAEPET Básico (R\$)	Bradesco Basico (R\$)	FAIXA ETARIA	SulAmerica ESPECIAL (R\$)	UNIAEPET ESPECIAL (R\$)	Bradesco ESPECIAL (R\$)
00 A 18	90,84	87,97	87	00 A 18	119,36	105,55	106,1
19 A 23	114,8	102,21	103,47	19 A 23	159,46	138,16	126,19
24 A 28	145,08	129,75	126,13	24 A 28	213,02	155,70	153,82
29 A 33	176,08	146,79	157,89	29 A 33	237,82	176,13	192,54
34 A 38	185,75	151,03	161,04	34 A 38	242,14	181,24	196,39
39 A 43	200,39	169,23	167,95	39 A 43	265	208,07	204,45
44 A 48	250,56	215,52	213,15	44 A 48	312,19	258,62	259,94
49 A 53	254,01	254,49	234,53	49 A 53	411,35	305,07	286,01
54 A 58	314,72	378,06	255,92	54 A 58	456,11	416,71	312,1
59 OU +	545,05	526,94	521,97	59 OU +	716,16	632,32	636,54

Plano Executivo

FAIXA ETARIA	SulAmerica EXECUTIVO (R\$)	UNIAEPET EXECUTIVO (R\$)	Bradesco EXECUTIVO (R\$)
00 A 18	253,31	158,33	216,44
19 A 23	346,65	207,23	257,43
24 A 28	467,49	233,55	313,78
29 A 33	524,09	264,20	392,8
34 A 38	577,81	271,86	400,65
39 A 43	614,75	326,03	417,07
44 A 48	660,09	387,92	530,27
49 A 53	771,67	457,61	583,46
54 A 58	885,99	714,71	636,67
59 OU +	1519,88	948,51	1298,55



TRECHOS DAS CARTAS

AEPET 002/09, de 03 de fevereiro de 2009

Ilmo.

Dr José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Presidente do Petróleo Brasileiro S/A- Petrobrás

Av. Chile, 65/24º andar

Nesta

Ref. Carta-resposta RH/RB 027/08

Presidente Gabrielli,

A carta em referência, de resposta às nossas preocupações com a política de Remuneração da Petrobrás, explicita uma visão otimista da política de RH da Companhia com a qual não podemos concordar. Senão, vejamos, por itens:

Item 1: "Um engenheiro da Petrobrás...que receba um nível a cada ano ..recebe R\$ 8.695,00ao contrário dos 6.000,00 registrados na carta".

Comentário: o valor de R\$ 6.000,00 a que nos referimos era de salário líquido que, por falha nossa, foi omitido. O fundamental, porém, é que esse engenheiro com 6 anos de companhia e com todas as promoções, recebe menos que o salário inicial médio de empresas do governo como IPEA, BACEN, CVM, Tesouro e outros. A PLR é um rendimento variável e não conta para a aposentadoria.

(...)

Item 2 : "No caso desse engenheiro estar com função gratificada..., situação em que temos 100 num grupo de 600 com 6 anos.. a remuneração chega a RS 18.300,00. ...Ressaltamos que aproximadamente 130 empregados desse grupo... tem remuneração de R\$ 11.000,00".

Comentário: 230 empregados, com salário razoável, num contingente de cerca de 20.000 não resolve o problema do baixo salário da Petrobrás, decorrente de uma política de RH que visa contornar o artigo 41 do Plano Petros. O Dieese apontou, em carta para a Aepet, perdas salariais de 79% só no período de 1994 a 2003. Esta é a dura realidade.

Item 3: "Quanto a saída de técnicos ...2007, que foi o ano de maior número de pedidos de saída... foi de 45 empregados, que corresponde a 0,6% do quantitativo desses cargos...".

O programa Prominp divulgou, em palestra recente, que são esperados cerca de 250.000 empregos diretos e 350.000 indiretos com o advento do Pré-Sal. Estima-se que, destes, 100.000 empregos serão para o nível superior, parte mais sensível em termos salariais e de conhecimento tecnológico. Se os órgãos governamentais estão pagando um salário inicial superior ao da Petrobrás, é preocupante a situação futura com a entrada no mercado das empresas privadas, principalmente as estrangeiras. A Petrobrás não terá a menor condição de competir salarialmente com elas.

(...)

4) Quanto ao posicionamento da remuneração da Petrobrás em relação ao mercado.....

Gostaríamos de ter acesso às fontes de informações e aos critérios de pesquisa de mercado salarial citados pela gerência de RH. O que temos visto nos concursos públicos abertos são salários iniciais muito maiores do que os da Petrobrás. Exemplos: Ipea R\$ 11.900,00, Bacen - 11.000,00; CVM 11.000,00; SUSEP - R\$ 12.000,00; Fazenda - R\$ 13.000,00.

A Associação dos funcionários do BNDES - AF BNDES - está solicitando uma elevação do salário inicial daquele banco para não perder funcionários. O salário inicial deles é R\$ 7.000,00. Enquanto isto, o salário inicial da Petrobrás é de 4.871,00 bruto (antes do aumento). Se os órgãos públicos pagam mais do dobro do que paga a Petrobrás, como concorrer com as empresas privadas, mormente as multinacionais? Essa é a questão.

O fundamental, na nossa visão, presidente, é olhar para o futuro. Com o Pré-Sal e a demanda por pessoal prevista, a Petrobrás pode perder grande parte dos seus técnicos, a começar pelos mais competentes. Algo tem que ser feito, de imediato e enquanto há tempo. Embora tenhamos uns três ou quatro anos para o pique do Pré-Sal começar, a defasagem é tão grande que, para ser corrigida, tem que começar já.

A perda de técnicos acarreta para a Companhia um duplo prejuízo: a perda da experiência e da capacitação técnica, e, o pior, em

favor das concorrentes. Esperamos que essa diretoria da Petrobrás não se conforme em passar para a história como a diretoria responsável pelo desmonte da tecnologia da empresa. Tecnologia que levou mais de 50 anos sendo desenvolvida e consolidada e é hoje a principal responsável pela descoberta do Pré-Sal.

Por oportuno, presidente, manifestamos novamente nossa profunda preocupação com o nível de terceirização, que atinge a cifra superior a 200.000 contratados. Esta é outra bomba que pode também destruir a companhia, pois permite a ocorrência de irregularidades como nepotismo, apadrinhamento e contratação de pessoas sem a devida competência.

Atenciosamente

Diretoria da Aepet.

CC: diretores da Petrobrás e da Petros

Carta-resposta da Petrobras: RH 027/08

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2008.

Ilmo. Sr. Presidente

Diomedes Cesário da Silva

Presidente da AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Prezado Senhor,

Em resposta as cartas AEPET 013/08 e AEPET 021/08, temos as seguintes considerações:

1) Um engenheiro da Petrobrás, sem nenhuma função gratificada, sem nenhum adicional de regime, com 6 anos de Companhia, que receba um nível a cada ano (3,8% de aumento real) e que tenha também sido promovido nesse período, recebe hoje R\$ 8.695,45 por mês, além da PLR que é uma das maiores do mercado, tem recebido Gratificação Contingente de cerca de uma remuneração por ano e recebe Gratificação de Férias integral, ao contrário dos R\$ 6.000,00 registrados na carta. Há de se ressaltar que a política de RH da Petrobrás relativa a avanço de nível e promoção por desempenho permite aceleração da carreira dos empregados que se destacam, podendo os mesmos receber até 3 níveis por ano (11,84% de aumento real).

2) No caso desse engenheiro estar com uma função gratificada de gerente ou de consultor, situação em que hoje temos mais de 100 num grupo de 600 com 6 anos de Petrobrás, a remuneração sem contar PLR, Gratificação Contingente e Gratificação de Férias integral, chega a aproximadamente R\$ 18,300,00. Ressaltamos que aproximadamente 130 empregados desse grupo, aí incluídos alguns que não tem função gratificada, tem remuneração, sem contar PLR, Gratificação Contingente e Gratificação de Férias integral acima de R\$ 11.000,00.

3) Quanto a saída de técnicos a que se refere a carta, informamos que no ano de 2007, que foi o ano de maior número de pedidos de saída da Petrobrás, o número de empregados dos cargos de Engenheiro, Geólogo e Geofísico que pediu para sair da Petrobrás foi de 45 empregados, que corresponde a 0,60% do quantitativo desses cargos, e que a partir do final de 2007, com a implantação do novo PCAC, do Plano Petros 2 para os novos empregados e da Remuneração Mínima por Nível e Regime, esse percentual caiu para quase zero, com pedidos de saída entre janeiro e julho de 2008 de apenas 4 empregados desses cargos.

4) Quanto ao posicionamento da remuneração da Petrobrás em relação ao mercado, informamos que, o RH acompanha pesquisas de diversas consultorias, com participações de empresas de grande porte, como o BNDES, VALE, SHELL, ELETROBRAS, EMBRAER e GERDAU, entre outras e que os cargos citados no item 3 estão com remuneração total muito acima do terceiro quartil de mercado das empresas pesquisadas.

Atenciosamente,

Eurico Dias Rodrigues

Gerente de Remuneração e Benefícios



Leia a matéria na íntegra no portal da AEPET (www.aepet.org.br), na seção "Petróleo e Política" [A AEPET DEBATE COM A PETROBRÁS SOBRE A PREOCUPANTE DEFASAGEM SALARIAL DOS PETROLEIROS].

Livro a venda



Brasil Soberano: Realidade ou Ficção? Será de fato o país soberano neste terceiro milênio?

Neste livro, o autor, Marcos Coimbra, economista por formação, ex-funcionário do Banco do Brasil e, atualmente suplente do Conselho Fiscal da Vale do Rio Doce pela PREVI, aborda de forma sintética e ordenada alguns temas, de natureza teórico-doutrinária, como objetivos nacionais, poder, planejamento, desenvolvimento, logística e mobilização, ciência e tecnologia.

Política governamental, administração pública, eleições, economia, conjuntura nacional e segurança pública, são abordadas no livro dando destaque às áreas estratégicas cruciais, para que o Brasil acorde e discuta sobre assuntos polêmicos como: Forças Armadas, Amazônia, Áreas Indígenas e principalmente, sobre a nossa identidade nacional, muito esquecida. E, como não poderia deixar de merecer, comentários contundentes de temas como globalização, Diálogo Interamericano e Governo Mundial, temas esses que não analisados podem comprometer o futuro em grande parte do Brasil.

O leitor perceberá o amor do autor (e cidadão) pela sua Pátria, acima de tudo. Verá, também, a importância de lutarmos para que o Brasil seja um país soberano e reverta a sua grave situação de anomia.

Brasil Soberano é um livro que em todo brasileiro que ama sua Pátria e acredita nela deveria ler.

O custo do livro R\$ 25,00 (298 páginas). Mais informações no telefone: (21) 2533-1110 com Maria Carmela. Correio eletrônico: cultural@aepet.org.br.

3



ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.



OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: www.aepet.org.br

4 AEPET Notícias



A PETROBRÁS E AS ENERGIAS EÓLICA E SOLAR

O pesquisador do Cnpes, Francisco Miller, no dia 28/04, proferiu a palestra 'Petrobrás e as energias solar e eólica', no Clube de Engenharia, Centro do Rio de Janeiro. A palestra fez parte do segundo dia do seminário 'Soluções para a implantação em escala comercial das energias solar e eólica'.

O palestrante falou das pesquisas da Petrobrás em relação a estes dois tipos de energia no Brasil. No caso do sistema vindo dos ventos, faz sete anos que a Petrobrás começou a estudar este tipo de vetor energético. Atualmente existem, segundo Miller, 33 áreas avaliadas sobre a viabilidade de serem fontes de energia. Um projeto piloto foi implantado em Macau no Rio Grande do Norte, em dezembro de 2003, quando a empresa investiu R\$ 6,7 milhões. Inicialmente, no interior potiguar, fo-

ram instalados três aerogeradores de 600 kw de potência.

Segundo Miller, o maior problema do Brasil é a falta de tecnologia para explorar este padrão energético, uma vez que só existe um fabricante de equipamentos para a energia eólica no País. A abertura do mercado para outros fornecedores estrangeiros e o incentivo fiscal público seriam algumas das soluções para esta questão, além de um marco regulatório no setor para viabilizar os investimentos públicos e privados, uma vez que o Brasil tem um grande potencial nesta área energética.

Em relação a energia solar, o palestrante disse que existe uma escassez de dados. E para solucionar este tipo de problema foi feita uma parceria entre o INPE, a Finep, o Banco Mundial, com um Plano Piloto também no interior do Rio Grande do Norte

(Guamaré) de módulos fotovoltaicos. Outro sistema híbrido eólico-solar feito em aliança com a UFPA (Universidade Federal do Pará) com 67 pontos de consumo, que dá para abastecer a própria estação experimental da Petrobrás no local. Uma experiência conjunta com a UFC (Universidade Federal do Ceará) com projeto de dessalinização solar, que funciona durante 24 horas fornecendo água no semiárido nordestino.

As conclusões do pesquisador da Petrobrás é de que o Brasil precisa desenvolver tecnologia no setor de energia solar para geração de eletricidade como forma de inserir esta matriz energética para que, em escala industrial, reduza o custo das tarifas para a maioria da população. Miller acrescentou que a regulamentação do mercado para atrair investidores é

fundamental para que este padrão de produção e geração seja incluído nas prioridades no projeto de desenvolvimento do modelo energético do Brasil.

Ao responder uma pergunta sobre a prioridade do Presidente dos EUA, Barack Obama, de usar fontes renováveis de energia, Francisco Miller afirmou que mesmo antes da chegada de Obama ao poder os estados do Sudoeste dos EUA já investiam pesadamente em energia solar. 'Em um discurso Obama disse que com este tipo de energia verde poderia criar cinco milhões de empregos nos EUA e usar a energia eólica e solar para ocupar 20% da demanda energética do país. O grande xis da questão é se a indústria do setor petrolífero irá aceitar passivamente esta perda de mercado', Concluiu o membro do Cnpes.

Julio Cesar de Freixo Lobo

Deu no AEPET ::DIRETO

AGÊNCIAS REGULADORAS

De acordo com o boletim do DIAP nº 225 (abril/março de 2009), na agenda do Congresso Nacional para este ano há uma extensa lista de matérias pendentes para serem apreciadas no plenário ou nas comissões temáticas tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Entre elas, há o Projeto de Lei 3.337/04, do Governo Federal, para diminuir a autonomia das agências reguladoras, através do aumento do controle dessas pelos ministérios a que são vinculadas. Uma das alterações mais importantes, destacou o DIAP, é a que fixa o mandato dos dirigentes das agências em quatro anos e lhes assegura estabilidade no cargo durante esse prazo. Atualmente, o mandato é de quatro ou cinco anos, dependendo da agência, e o dirigente pode ser demitido a qualquer tempo. Na justificativa do projeto, o Governo alega que "uma das principais distorções do papel das agências foi o exercício por elas de competências de governo, como a absorção da atividade de formulação de política públicas e do poder de outorgar e conceder serviços públicos". O PL 3.337/04 propõe mecanismo para corrigir essas distorções. Trata-se de uma medida bastante interessante, pois a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) tem promovido os lesivos leilões do petróleo brasileiro, nos quais as

multinacionais que não investiram nada em pesquisa, tudo coube à Petrobrás, ficam donas do petróleo extraído do subsolo nacional, por conta do artigo 26 da Lei 9478/97, que contraria o artigo 177 da Constituição Federal de 1988, que garante à União a posse das jazidas e do petróleo (óleo e gás) que nelas for descoberto. A ANP define tudo (modelos de contrato de concessão, áreas que vão a leilão etc), significando um atropelo às esferas federais acima dela e à sociedade brasileira.

NOVA ERA DO PETRÓLEO BRASILEIRO

O Dia 1º de Maio (Dia do Trabalhador) deste ano teve a marca da esperança de dias melhores para Brasil e para o povo brasileiro, por ocasião da cerimônia realizada na Marina da Glória, que comemorou o início da produção do Campo Tupi, na camada do pré-sal. Mas para que esta esperança se torne uma realidade, é preciso que o novo marco regulatório, que está em fase final de estudos pela Comissão Interministerial, respeite o artigo 177 da Constituição Federal de 1988, que garante o monopólio da União Federal sobre as áreas e o petróleo no subsolo nacional. Assim, faz-se necessário, também, que o artigo 26, entre outros, da Lei 9478/97 seja alterado, pois agride o artigo da 177 (CF) ao dar a posse do petróleo extraído do subsolo nacional às empresas privadas nacionais e multinacionais.

Conforme destacou o vice-diretor de Comunicações da AEPET, Diomedes Cesário, em seu artigo "O que importa discutir no pré-sal", publicado no Correio da Cidadania (31/03/09) e no boletim "AEPET Notícias" nº 358 (abril de 2009), a União não pode ser dona de rocha vazia. O referido artigo lembra, também, uma proposta, muito elogiada por especialistas do setor, preocupados com a soberania do País sobre as áreas promissoras de se encontrar petróleo: o professor da USP e ex-diretor de Gás & Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, propõe que a União Federal contrate a Petrobrás, que foi a descobridora dessas ricas jazidas, para executar os projetos (delimitação, mapeamento, obtenção de informações estratégicas, entre outros), sendo paga pelo serviço. De posse desses dados, a Petrobrás poderá fazer o planejamento de exploração e produção do pré-sal, ditando o ritmo de extração adequado aos interesses da Nação. Sobre a necessidade de mudanças no marco regulatório do setor petrolífero, o presidente Lula já está convencido. Em seu discurso, o presidente citou vários exemplos: (1) Não há país que tenha encontrado muito petróleo que não tenha mudado o marco regulatório; (2) quando a Petrobrás descobriu o campo de Majnoon, no Iraque, Saddam Hussein indenizou a Petrobrás e ficou com o campo; (2) o Pré-Sal não tem mais risco;

e (4) o Pré-Sal tem que trazer benefícios para o povo brasileiro. Segundo noticiou o Jornal do Brasil (02/05), o presidente Lula fez questão de reconhecer o sucesso da Petrobrás na descoberta do campo Tupi. E para ele, não foi fator de sorte, mas principalmente ao trabalho de pesquisa da estatal e à liberação dos investimentos da Petrobrás. Lula afirmou que o governo brasileiro admite a hipótese de não se integrar à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) quando a Petrobrás começar a produzir nos campos do pré-sal a plena carga. "Eu não tenho nenhuma paixão de entrar na Opep". O presidente criticou, também, a especulação financeira ao recordar a reação do mercado à escolha de José Eduardo Dutra e José Sergio Gabrielli para a presidência da Petrobrás. Na época, lembrou, analistas de corretoras e consultorias forma quase unânimes em ameaçar a companhia com aumento da avaliação de risco devida à escolha de nomes sem a chancela da iniciativa privada. Apesar das críticas, comparou Lula, tanto Dutra quanto Gabrielli acabaram aceitos devido aos resultados da estatal. Dentre os muitos pontos positivos houve um que destoou: "A Petrobrás não me obedece. Eu mando fazer e ela não faz". Esse discurso é para justificar a criação de uma nova estatal, totalmente dispensável.

(Redação)